

QUINTAIS CAMPONESES: USOS, GÊNERO E TERRITORIALIDADES

Dra. Lúcia Cavaliéri¹

Resumo: Este artigo visa comparar algumas estratégias de reprodução social camponesa de dois grupos sociais e seus reflexos na formação de seus territórios. De um lado temos as comunidades tradicionais caiçaras que vivem na Reserva Ecológica da Juatinga, no estado do Rio de Janeiro, instituída para preservar a mata atlântica e para proteger os caiçaras das invasões de terras por grileiros. Do outro lado temos comunidades camponesas que vivem no médio Jequitinhonha, mais especificamente nos bairros rurais do município de Araçuaí. O desafio desse artigo consiste em comparar a territorialização camponesa dos dois grupos por meio da geografização das práticas cotidianas, especialmente das práticas femininas que têm nos quintais e no interior de suas casas seus espaços sociais prioritários.

Introdução

Durante os estudos e trabalhos de campo realizados tanto para a elaboração da dissertação de mestrado quanto para a tese de doutorado, realizadas em geografia humana, uma questão sempre me intrigou: conhecer as estratégias de reprodução social do campesinato, seus limites, contradições e possibilidades.

Neste artigo daremos visibilidade aos quintais caiçaras e sertanejos, espaços sociais ocupados prioritariamente pelas mulheres. Os quintais caiçaras situam-se em duas comunidades da Reserva Ecológica da Juatinga, localizada em Paraty, Rio de Janeiro: Martin de Sá e de Praia Grande da Cajaíba. Já os quintais sertanejos encontram-se no sertão do Vale do Jequitinhonha mais especificamente nas duas comunidades rurais Engenheiro Schnoor e Alfredo Graça em Araçuaí, no Médio Vale do Jequitinhonha.

Durante os trabalhos de campo realizados em Paraty e no Vale esses espaços emergiram com muita intensidade. Foi nos quintais que muitas mulheres deram entrevistas, que o tempo de estar junto foi vivido sem a pressão de relógios e uma porção mais invisível e

¹ Doutora em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Email: lulieri@usp.br ou lulieri@gmail.com

resistente da vida cotidiana foi compartilhada. Surgiu então a vontade de comparar esses quintais, geografizando as práticas cotidianas, e pensar na importância desses espaços para a territorialização camponesa.

Dividiremos esse artigo em três sessões: i) caracterização das comunidades; ii) quintais na praia e no sertão; iii) territorialização camponesa.

1- Caracterização das comunidades

Entre-fogos: Grilagem e unidades de conservação

Os primeiros capítulos da dissertação de mestrado intitulada “A comunidade caiçara no processo da reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga”² de 2003 trazem em grossas pinceladas, com o carinho de uma aquarela, um pouco da história e da ocupação de Paraty e os procedimentos e opções da pesquisa. O capítulo 4 aborda a criação de uma unidade de conservação: a Reserva Ecológica da Juatinga. Para os fins desse artigo, retomaremos alguns marcos importantes discutidos nesses capítulos, entre eles destacamos a criação da Reserva Ecológica da Juatinga, em 30 de outubro de 1992, através do decreto nº 17981:

“... delimitada de um lado, pelo Saco do Mamanguá, de outro e pela frente, pelo mar aberto e, pelos fundos, por uma linha reta imaginária que, partindo do ponto conhecido como Cachoeira do Cocal (no lado do canto bravo da Praia do Sono), alcança o local conhecido como Porto do Sono (ao fundo com o Saco do Mamanguá), ficando, destarte, resguardada a faixa de Marinha.”

Segundo um documento de 24/02/92 encaminhado ao então governador do estado do Rio de Janeiro pelo presidente do IEF/RJ, a justificativa para a criação da Reserva apresentava, além da necessidade de preservar a mata atlântica, uma preocupação com a cultura caiçara. Não obstante, os últimos 20 anos mostraram uma incapacidade do órgão ambiental em conciliar a conservação da natureza com a permanência e respeito às mais de 300 famílias que ali vivem numa intrincada rede de relações sociais complexas.

Um dos argumentos para a criação da Reserva foi o da preservação de um importante trecho da mata atlântica que se fortaleceu pelo uso que os moradores fazem da floresta desde o final do século XIX - quando o porto de Paraty foi desativado e a cidade deixou

² A dissertação foi defendida em 2004 sob a orientação do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira no Departamento de Geografia da USP.

de ser um importante elo entre rio de Janeiro e São Paulo – até a década de 1960. A Reserva encontra-se numa península com picos altos e costões rochosos pronunciados. As praias e a mata da Reserva são verdadeiros paraísos na península que não foi cortada, por motivos estratégicos e geomorfológicos, quando a estrada Rio-Santos (BR101) restabeleceu o contato das porções norte do estado de São Paulo e sul do Rio de Janeiro com o restante desses estados.

Outro argumento muito presente na época da criação da Reserva foi tentar barrar por meio de leis de cunho ambiental a especulação imobiliária que ali se dava e os inúmeros processos violentos de expropriação de terras. Esse é dos méritos, no meio de tantos desacertos, da criação de algumas Unidades de Conservação no Brasil. Na Juatinga, eram grileiros que oram agiam sob o manto da legislação que ampara a propriedade de terras no Brasil, ora agiam com todos os dispositivos violentos conhecidos para expulsar os moradores caiçaras, quase todos com uma memória de mais de quatro gerações no lugar.

A pesquisa de mestrado ocorreu no final da década de 1990, nesse período apuramos que somente 2 famílias de moradores caiçaras possuíam título de propriedade da terra, o restante, ou seja mais de 295 famílias, configurava-se como posseiro. Apenas 3 proprietários de terra, os chamados ‘*paulistas*’ - dado que chegaram com a abertura da rodovia Rio-Santos - , teriam a propriedade das terras; esses títulos foram adquiridos nas décadas de 1960 e 1970 e não apresentaram cadeia dominial de forma transparente denotando fraudes perpetradas com o auxílio de cartório. Esses três proprietários *paulistas* seriam os donos de mais da metade da Reserva. São muitos os processos de reintegração de posse contra os moradores, dezenas de famílias expulsas.

Todo um modo de vida tradicional caiçara assenta-se nessa porção de Paraty. A luz elétrica, a despeito da proximidade da usina nuclear de Angra, ainda não chegou às comunidades; muitas delas ainda não têm escola, boa parte da população adulta é pouco letrada. As famílias que ali vivem tinham na pesca, na agricultura e no artesanato suas principais fontes de renda.

A unidade de conservação instituída, segundo entrevistas, para dar conta de barrar a especulação imobiliária, trouxe mais agonia, além da grilagem de terras, aos moradores. Permaneceram em cena os jagunços contratados pelos grileiros para derrubar roças, casas e vigiar permanentemente as famílias e entraram os ‘fiscais’ do meio ambiente com suas multas e restrições ao uso dos recursos da mata, da restinga e do mangue.

Ademais dessas duas pressões, quando o Sistema Nacional Conservação (SNUC) foi aprovado em 2000, ele trouxe mais um complicador. A categoria Reserva Ecológica não existe, portanto, de acordo com dispositivos da própria lei, essa unidade de conservação terá que ser recategorizada ou reclassificada. Muitos interesses distintos relativos à gestão territorial surgiram e emperraram até hoje o processo de reclassificação: os gestores da unidade de conservação ora quiseram ‘desafetar’ as áreas nas quais as comunidades se concentram e promulgar um Parque nas áreas restantes, ora quiseram transformar toda a reserva em Parque e assim legitimar a expulsão de algumas ou todas as comunidades; a prefeitura tem interesse na criação de uma APA, a Reserva já se sobrepõe à APA Caiuru, para que seus empreendimentos turísticos na área possam ser implementados; os proprietários ‘*paulistas*’ querem uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável ou uma APA, nas duas categorias pode haver propriedade privada da terra; os moradores tradicionais oscilam entre as vantagens e desvantagens dessas categorias. Portanto, as que prevalecem no debate são: APA (propriedade privada da terra, possibilidade de empreendimentos turísticos de grande monta), Parque Estadual (sem moradores, portanto sem conflitos, podendo formar um mosaico com os parques do norte de SP), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (propriedade estatal e privada da terra, empreendimentos turísticos, carrega em seu nome um modelo de desenvolvimento) e Reserva Extrativista (não há nenhuma unidade desse tipo ainda na mata atlântica, somente reservas marinhas, a propriedade da terra é do Estado).

Na nossa leitura, para os moradores dessa unidade de conservação com muitos conflitos de terra, qualquer outra unidade que venha substituí-la se permitir a propriedade privada da terra dará continuidade aos processos de expulsão dos moradores. Certamente, os moradores de posseiros que são passarão a ser empregados nos empreendimentos turísticos ou migrarão para as áreas periféricas do município.

Esse desafio atravessa os anos e parece ainda longe de ser resolvido. Algumas comunidades não enfrentam problemas com os proprietários de terra, enxergam nos investimentos em turismo uma boa alternativa de vida; outras comunidades somente se veriam livres das pressões fundiárias se obtivessem o título de concessão real de uso assegurado aos moradores de Reserva Extrativista (Resex).

Mais um elemento se agrega a todos esses conflitos de interesse e poder: a chegada do turismo na década de 1990 foi avassaladora colocando em xeque as concepções essencialistas do modo de vida tradicional. O turismo é uma importante fonte de renda

para muitos moradores da Reserva. Notoriamente, todo o município de Pataty organiza seu calendário de eventos e festas de modo a chamar turistas durante o ano inteiro. Ter praias preservadas constitui um capital simbólico do município.

Na dissertação de mestrado tomamos como foco a questão fundiária, o modo de vida caiçara e os conflitos advindos da chegada da unidade de conservação e do atual imperativo em reclassificá-la. O foco desse artigo, como já anunciado, é outro mas que só pode ser entendido diante desse cenário de luta pelo território.

Expropriação das terras e a migração do sertão

As comunidades Alfredo Graça e Engenheiro Schnoor situam-se na zona rural do município de Araçuaí no Médio Vale do Jequitinhonha. Distam mais de 50 km do centro do município, para alcançá-las basta tomar um ônibus na cidade e cumprir o trajeto de quase duas horas por estradas de terra. Há somente um horário de ônibus por dia. Foram essas duas comunidades que embasaram a tese de doutorado intitulada “Migração e reprodução social: tempos e espaços do cortador de cana e de sua família”³. Os próximos parágrafos foram extraídos da tese e visam aqui apresentar uma parte da realidade das duas comunidades para que possamos adentrar na comparação dos quintais.

O Vale do Jequitinhonha, tomado como uma expressão do espaço agrário, não escapou à sanha de reprodução de capital, na égide da modernização, que precisa dar conta de seus excedentes produzindo, colonizando e se expandindo para novas terras. As marcas da chegada mais feroz do capitalismo no campo se fazem presentes com a consolidação da fazenda de gado e de eucalipto e com a interdição do uso da terra em comum das chapadas e grotas.

Segundo Moura (1988) as décadas de 1960 e 1970 são emblemáticas para compreendermos como a questão de terra se transformou em questão trabalhista; como os tratos (entre situantes, posseiros, moradores de condição e proprietários de terra) se transformaram em *distratos*.

A perda das terras lançou e continua lançando milhares de camponeses do Vale à migração. Em Araçuaí o processo não foi muito diferente, em várias de suas 66 comunidades rurais, há posseiros que, na negociação (ou no *distrato*) com o fazendeiro,

³ A tese de doutorado teve a orientação de Marta I. Medeiros Marques e foi defendida em 2010 no Departamento de Geografia da USP.

restaram com uma casa com quintal na “rua” ou no centro da comunidade. O município tem cerca de 35 mil habitantes, desses 7 mil migram para o corte da cana.

As famílias camponesas desde as décadas de 1960/1970 conhecem a *migração permanentemente temporária*, no dizer de Moraes. Os homens migrantes vivem ora mais próximos da condição camponesa, quando estão em casa, ora passam cerca de 9 meses como proletários no corte de cana no interior do estado de São Paulo. Não se realizam plenamente em nenhuma das duas condições. No território da cana estão proletários; no Vale não contam mais com a terra de cultivo entretanto pautam a vida numa ordem informada pelo costume camponês.

Há uma auto-identificação dupla que traduz as contradições vividas por esta parcela do campesinato: podem definir-se como sendo da “sua comunidade” e como cortadores de cana. É nesta dupla afirmação, proletários no espaço da cana e camponeses no Vale, que reside a contradição: o quanto uma identidade define e sustenta a outra. Vivem numa margem, entre o local de trabalho (exploração da força de trabalho e dinheiro para a reprodução de sua família) e o território de sua comunidade e família.

Quando em suas comunidades, a vida é informada e se sustenta pela ética camponesa, marcada por uma inserção específica no modo de produção capitalista, e definida a partir das relações travadas por esse grupo social no interior da sociedade, objetivando sua reprodução social.

Para a compreensão do modo de vida camponês - do seu ‘fazer-se’ como classe social e das formas como a vida é vivida no conjunto de um tecido social mais amplo - o tripé terra/família/trabalho, composto por valores centrais de sua ética, é um fundamento que se apresenta sempre e se rearranja continuamente de maneira diversa, orientando-se pelo costume e realizando-se nas práticas cotidianas. Incorporar o ‘fazer-se’ dessa classe social implica entender o campesinato em relação a todas as subordinações econômicas, políticas e culturais do mundo moderno. Shanin (1979) compreende o campesinato como *classe social e modo de vida*. Resulta da apropriação destes dois conceitos o reconhecimento do protagonismo do campesinato e de sua potencialidade de existência e resistência.

Os posseiros que exerciam a posse nos limites da fazenda, nos grotões, perderam, e continuam perdendo, suas terras devido à expansão da fazenda e/ou à chegada das monoculturas das empresas florestais com seu exército de eucaliptos marchando nas chapadas, terras de uso comum do campesinato. Houve a perda da posse nos grotões e a perda das terras de uso comum nas chapadas.

Como já apontado por Marx, o camponês é o sujeito que está profundamente vinculado à produção de bens com valor de uso. O camponês vende o fruto de seu trabalho, nascido de seu trabalho não-alienado. Normalmente seu trabalho é familiar, e não individual, e ele não tem vínculos contratuais com uma pessoa que o subordina⁴. Tanto seu trabalho como sua pessoa são livres para produzir com sua família.

O trabalho constitui a essência da família e da vida camponesa, é um valor inserido naquilo que Klass Woortmann (1990) chamou de *ordem moral*. O trabalho organiza a vida, a festa, o mutirão, as práticas cotidianas e coloca o camponês mais perto da natureza. Ainda que extremamente árduo em algumas circunstâncias não é alienado e atribui sentido à vida e à existência camponesas.

Os moradores das comunidades rurais do Vale estão sujeitos a inúmeras expropriações: a consolidação da fazenda de gado e do eucalipto (para a produção de carvão para a siderurgia mineira), a perda do uso costumeiro das terras da fazenda e das terras de uso comum (antes soltas). O conjunto das expropriações e a ausência da terra para o cultivo explicam a inserção dos homens em um fluxo migratório permanentemente temporário para o corte da cana. O homem migra para que sua família não precise migrar definitivamente. Nas últimas décadas, não há mais nas fazendas a atividade agrícola de outrora. Transformadas em fazenda de gado, requerem poucos homens para o trabalho. Há uma dupla pressão vivida pelo campesinato: no Vale a territorialização do eucalipto e do gado que os expropria de suas terras (mas não os expulsa totalmente pois eles vão para as ‘pontas de rua’) e, a territorialização e monopolização da produção de cana em São Paulo que os congrega como “*trabalhadores temporários*”, como proletários.

2- Quintais na praia e no sertão

Quintalinhos no sertão

Os relatos dos moradores mais velhos das comunidades rurais estudadas, Alfredo Graça e Engenheiro Schnoor, acerca de como era a vida antes da década de 1960, nos intrigavam pois o passado era retratado ora como época de uma vida melhor, época de fartura, ora como tempo de miséria e fome. Em Schnoor e no Graça poucos homens não migram nos dias de hoje, quais sejam: os que têm algum comércio, os que estão

⁴ Há muitas situações contemporâneas que demonstram o quanto este campesinato também é múltiplo e se relaciona com o capital de muitas formas. Há desde os que permanecem na produção de valores de uso aos que precisam se assalariar parte do tempo do ano para retornar a sua vida camponesa no restante do tempo, passando pelos arrendatários, meeiros....

incapacitados ou aposentados, os funcionários públicos e os poucos que tem lote em um assentamento rural. As casas se localizam no centro da comunidade, os moradores que trabalham com roça caminham por algum tempo para alcançar seu pedaço de cultivo.

Há poucos proprietários de terra em Schnoor, os quais contratam o trabalho das famílias da comunidade para o plantio de capim. O contrato verbal de arrendamento prevê a meia da produção de alimentos que for efetuada e, no final do período, o arrendatário entrega o pasto formado.

Para Ellen Woortmann (1995), a herança constitui-se uma estratégia de reprodução do campesinato. Para que a terra não seja dividida entre os tantos filhos, o costume ditará quem herdará a terra e quem partirá para as cidades ou para outros lugares. Entendemos que o conceito da herança como estratégia de reprodução social possa ser transposto para outras realidades, sua universalidade resulta desta possibilidade, porém não se aplica às comunidades estudadas nesta pesquisa, e tantas outras, em que o campesinato não é proprietário de suas terras.

Uma das premissas adotadas na pesquisa de doutorado consiste em entender que os conceitos referentes à migração são historicamente determinados, oriundos do contexto histórico e geográfico que instituiu a formação da sociedade burguesa-capitalista. Esta premissa funda um dos termos do debate sobre a questão migratória: a mobilização do trabalho não é ontológica (GAUDEMAR, 1976). A migração tal como vemos nos dias de hoje vincula-se ao mundo moderno, às determinações capitalistas e sua necessidade de mão-de-obra flexível.

O trabalho de campo para a o doutorado concentrou-se nas mulheres, nas viúvas dos maridos vivos, como algumas delas se referem a si mesmas após ouvir essa denominação. Um dos lugares nos quais passei boa parte do tempo foi justamente nos quintais.

As principais perguntas feitas para as mulheres durante os trabalhos de campo foram: como se sentem quando os maridos não estão em casa, como organizam o cotidiano, como é a vida na entressafra da cana, como administram a economia doméstica familiar, o que esperam para o futuro de seus filhos. Ainda em campo, a observação se dirigia às práticas cotidianas das mulheres, ao cuidado com a casa e com os quintais, às roças cultivadas pelos moradores mais velhos, à sociabilidade e ao ritmo de vida da comunidade. Descobrimos as relações pautadas na reciprocidade camponesa, a solidão

vivida pelas mulheres e a campesinidade presente nos quintais, a ser apresentada nesse texto.

O caminho teórico-metodológico escolhido na pesquisa de doutorado foi a análise das práticas cotidianas, a geografização das práticas cotidianas, para a crítica dos processos que mobilizam o camponês do Vale, transformando-o em força de trabalho, lançando-o em uma margem onde a vida acontece num fio de navalha.

A pertinência do estudo da vida cotidiana pela filosofia é defendida desde o final da década de 1940 por Henri Lefebvre.

Com relação à filosofia, a vida cotidiana se apresenta como não-filosófica, como mundo real em relação ao ideal (e ao conceito de mundo). Diante da vida cotidiana, a vida filosófica pretende ser superior, e descobre que é vida abstrata e ausente, distanciada e separada. A filosofia tenta decifrar o enigma do real e logo em seguida diagnostica sua própria falta de realidade; essa apreciação lhe é inerente. Ela quer realizar-se e a realização lhe escapa; é preciso que ela se supere enquanto vida filosófica.

(...)

Fica aberto apenas um caminho: descrever e analisar o cotidiano a partir da filosofia, para mostrar sua dualidade, sua decadência e fecundidade, sua miséria e riqueza. Isso implica o projeto revolucionário de um parto que tirasse do cotidiano a atividade criadora inerente, a obra inacabada. (LEFEBVRE, 1991, p. 17-18)

Lefebvre elaborou sua crítica à *sociedade burocrática de consumo dirigido* e observou que para Marx a produção no mundo contemporâneo não se reduz à fabricação de produtos, mas designa também a produção do ser humano e esta, por sua vez, comunica-se diretamente com a produção de relações sociais. O autor assevera: “Enfim, tomado em toda a sua amplitude, o termo [produção] envolve a reprodução.” (LEFEBVRE, 1991, p. 37).

Declarada a vida cotidiana como objeto da filosofia, Lefebvre (1991, p. 23) apontou que aqueles que incorporarem a contemplação e a especulação como mister da filosofia, se surpreenderão com o misterioso e o admirável contidos na vida cotidiana, a qual também tem como predicado expressar o espírito do tempo.

Em um dos capítulos da tese, nos dedicamos a analisar a presença e a importância dos quintais. A seguir, um longo trecho será destacado da tese (Cavaliere, L. 2010) para que ao final a comparação com os quintais dos caiçaras possa ser feita.

Uma das características observadas nas comunidades do Graça e de Schnoor, é a presença de quintais, os “*quintalinhos*”, os quais, segundo Antônio (morador

entrevistado), *“bem esterçados e molhados, produzem quase tudo que uma família necessita.”* Em todas as casas visitadas encontramos quintais cultivados. Neles são cultivados legumes, que a família consome diariamente tais como: maxixe, jiló, inhame, milho, mandioca, beterraba, cenoura, tomate; muitas ervas para tempero e remédio como cebolinha, salsinha, erva de Santa Maria, mastruz, boldo, erva cidreira em folha, capim limão, hortelã, manjericão; cana-de-açúcar e vários tipos de frutas como banana, manga, tamarindo, limão, laranja, acerola, abacate, mamão; e verduras como alface, rúcula, couve e repolho.

A irrigação nos quintais é feita com a água armazenada durante os períodos de chuva em caixas de cimento localizadas perto das calhas ou, com água da caixa d'água central da comunidade, a qual chega às torneiras das casas durante somente uma parte do dia e enche tanto as caixas d'água para uso doméstico, como as caixas de cimento. As cisternas, do projeto ASA (Articulação do Semi-Árido), da Cáritas e de outras iniciativas que atendem o Vale, ainda não chegaram a Schnoor. A COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) não trata a água e o esgoto das duas comunidades estudadas.

Nos quintais ainda encontramos armazenados os feixes de lenha que alimentam os fogões à lenha usados cotidianamente. Custam, em média, R\$1,50 e são coletados pelos meninos da comunidade que se embrenham na mata, no cerrado, para apanhá-los. Ainda que haja uma ajuda da prefeitura para as famílias mais pobres comprarem o gás de cozinha, este é muito caro; a opção de cozinhar a lenha prevalece. Enquanto os homens migram para São Paulo a fim de cortar cana-de-açúcar, utilizada principalmente para a produção dos agrocombustíveis, as mulheres e as crianças das comunidades rurais do Vale consomem a cana em forma de garapa doce, rapadura e cachaça. Utilizam para cozinhar e esquentar água do banho uma das fontes de energia mais antigas e conhecidas: a lenha.

Alguns dos produtos dos quintais são trocados pelas famílias. Nem todas produzem tudo, mas sabem quem produz: normalmente alguém da família, compadre ou vizinho. Quando algum produto é abundante num quintal, logo será distribuído aos compadres; quando algo falta num outro, a mulher manda um dos filhos buscar na casa de uma comadre.

O quintal, mais fresco sob as árvores, é acessado através de uma porta na cozinha ou de uma entrada lateral. É um domínio feminino, cuidado pelas mulheres: lugar de brincadeiras para as crianças menores e de permanência (curta) dos homens quando

esses estão em casa. É um espaço de cultivo que pode ser mantido somente com o trabalho das mulheres para o sustento e a saúde de toda a família durante a ausência dos maridos. O quintal e a casa compõem o *chão de morada* da unidade doméstica.

A mulher se volta para “dentro”: cuida da casa, do quintal, da família e dos filhos. Ao homem, pertence o domínio do “fora”, quando não está no corte de cana-de-açúcar, está na rua, na calçada, nos bares, pela cidade.

Os quintais tão presentes e importantes são espaços significativos na produção de tradição camponesa: são cuidados pela mulher e os filhos que extraem deles uma parcela, a mais saudável e saborosa, da sobrevivência. Não há uso de agrotóxicos ou fertilizantes que não sejam naturais e há uma grande diversidade de produtos cultivados. Quando os homens estão em casa, ajudam no cuidado com o quintal, todavia, está com as mulheres a sabedoria de ministrar uma erva para algum mal, de preparar pratos saborosos que agradam e sustentam a família, de secar algumas ervas ou deixar na terra algum tubérculo providencialmente para épocas mais difíceis, de ter uma criação. Há aqui uma dedicação às condições materiais e simbólicas da vida associadas à mulher, para quem o saber também se vincula ao sabor. Os homens enviam as remessas de dinheiro praticamente todos os meses, algumas mulheres cuidam da administração desse dinheiro e procuram economizar o máximo que podem, daí o quintal como espaço para a produção de alimentos ser um lugar privilegiado.

Nessa parte do semi-árido, armazenar água é uma constante. É ainda no quintal que as mulheres se reúnem para os cuidados com a beleza, como fazer as unhas, tingir o cabelo ou ainda preparar conservas, biscoitos nos fornos à lenha e geléias. O quintal é uma extensão da casa é uma parcela do território camponês na qual um modo de vida se expressa. A territorialidade camponesa abarca esse domínio tão notadamente feminino.

Nas casas mais antigas, com quintais maiores, ainda podem ser encontrados alguns animais de criação, como porcos e galinhas poedeiras e fornos para assar biscoito de polvilho. Já não se vêem mais os chiqueiros ou os porcos soltos nas ruas, por conta de uma determinação da prefeitura proibindo a criação de porco, mas algumas famílias ainda engordam um capado em seus quintais, mesmo estando sujeitas a multas. Há trocas importantes realizadas quando um capado é morto. A reciprocidade entra novamente em cena, muitos compadres recebem uma parte do porco, se frita o torresmo para os amigos e guarda-se a banha para ser usada como gordura principal.

Se encontramos no quintal um espaço de realização da campesinidade, com acento na sua apropriação pelas mulheres, lembramos também que o espaço para outras atividades

agrícolas está extremamente interdito devido à presença das grandes fazendas que se dedicam exclusivamente à criação de gado. A presença dessas grandes fazendas se faz notar na paisagem. Muitas famílias vêm perdendo o espaço da agricultura, os homens migram e muitas das mulheres permanecem cuidando de suas práticas cotidianas (ou ordinárias) nas casas e nos quintais da comunidade.

Em Schnoor, as mulheres podem manter em seus quintais uma produção de auto-consumo a qual expressa a continuidade de seu saber-fazer feminino camponês. Esse espaço revela também outros dois conteúdos de ordem econômica e simbólica: complementação da renda principal (salário do marido em São Paulo) e reclusão velada. O salário por produção dos homens no corte da cana encontra um complemento na produção de auto-consumo de sua família no Vale, daí uma das razões de ele ser tão baixo e lançar o homem numa condição de proletário em São Paulo.

Como proletários, os trabalhadores homens não precisam prover a família de todas as suas necessidades do mundo material - como se supõe que façam os proletários. Em suas comunidades as mulheres podem cozinhar a lenha, cultivar nos quintais, cuidar dos filhos, morar em casa própria, armazenar água e lavar roupa no rio. Enquanto o homem se esgota no corte de cana, recebendo por peça, há algo que se recria incertamente em suas comunidades. O espaço por excelência da reprodução do capital no estado de São Paulo comunica-se com o espaço de (re) produção da vida da família no Vale. Um dos custos desse processo se inscreve no corpo e na alma das mulheres que adoecem.

Os quintais normalmente são pequenos, perto de 100 m, mas dão conta de abrigar as fruteiras e a produção de alimentos; há os quintais internos à casa, esses ocupam uma área contígua a casa tendo acesso pelos fundos da casa e/ou com acesso lateral. Nesses quintais as mulheres recebem as amigas, cuidam do corpo umas das outras fazendo manicure e cuidando do cabelo. Uma colega pode passar algumas horas na casa de outra, normalmente no período da tarde quando serviço doméstico já foi domado.

Há também os quintais externos que também ocupam a área frontal da casa. Nesse são cultivadas as flores na porta de casa; eles co-existem com as garagens que podem mudar de função. Quase todos os pequenos comércios que vimos tais como vendas, armarinhos, lojas, papelarias, botecos e mesmo farmácias ocupam a garagem das casas. As mulheres assumem a gestão desses comércios na ausência dos maridos. Algumas pequenas lojas abrem somente no período da tarde pelo motivo já aludido. Elas recebem as mercadorias dos mascates que passam a cada 15 dias ou três semanas deixando as mercadorias em consignação. A cada x de mercadorias vendidas, a mulher dona da

pequena loja, pode ficar um exemplar e assim sustenta-se a loja, nem sempre gerando lucros. Mesmo sem ter lojas algumas mulheres pegam as mercadorias em consignação e saem para vender às colegas de porta em porta, de quintal em quintal. Novamente uma sociabilidade se tece na ausência dos maridos. Com a chegada dos homens do corte de cana esse pequeno comércio tende a definhar para novamente ser ativado com a partida deles. Toda a sociabilidade que se tece na ausência dos maridos muda de forma quando esses estão em casa, vale lembrar que com os avanços tecnológicos a permanência dos homens no corte tem aumentado, eles chegam a ficar 9 meses longe de casa.

Nas duas comunidades do sertão, Graça e Schnoor, há ainda os quintais que estão à beira do rio Gravatá, como todos os quintais ribeirinhos eles se adéquam ao regime das águas e são ‘abertos’. Plantam-se os cultivares de duração curta mais perto do rio e quando este começa a encher já é hora da colheita. As feiras de Araçuaí recebem, aos sábados, uma pequena parte da produção desses quintais. Apenas os quintais que estão à beira do rio são abertos, todos os demais têm cercas vivas e um pequeno espaço para os animais. As galinhas poedeiras, por exemplo, podem ficar nos jiraus; os porcos ficam em pequenos chiqueiros.

Ademais de uma sociabilidade que se tece pautada no costume, vimos uma nova sociabilidade, no sertão, que se comunica com a presença/ausência dos homens.

Mar, terra, mata e quintais caiçaras

Na dissertação de mestrado, acerca da questão fundiária, do modo de vida e do processo de reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga, em Paraty (RJ) não abordamos explicitamente os quintais. Demos visibilidade aos diferentes espaços ocupados por toda a comunidade, sem um olhar mais específico para a questão de gênero. A questão de fundo, que será retomada no final desse artigo, era entender a configuração das posses das terras.

Dentre os espaços ocupados pela comunidade, por cada família, encontramos o mar, a mata, a restinga, os mangues, os rios, cachoeiras e os costões rochosos.

Os caiçaras se definem na Reserva da Juatinga como “pescadores, lavradores e caçadores”, segundo Seu Maneco de Martin de Sá, morador de uma das comunidades.

Mar e terra formam um par indissociável. O mar é um território de uso comum dos caiçaras. Eles se referem ao mar o tempo todo, as famílias que moram à beira mar estão todo o tempo observando-o. Reconhecem, muito antes de uma pessoa de fora conseguir

divisar, um canoa ou um barco a motor no horizonte; sabem inclusive dizer de quem é e quando saiu. Enxergam cardumes na ‘*espuma*’ das ondas. A cada dia, deve ser analisada a possibilidade ou não de navegação; a cada 6 horas muda a maré tornando mais fácil o embarque e desembarque e ditando os momentos de pesca.

O mar guarda ainda o horizonte em sua profundidade e mistério. Seu Maneco da Praia Grande gostava de contar a história do *sueste*: uma direção de vento e um lugar mítico. Certa vez, por volta de 1997, ele afirmou: “*No Sueste não tem país nenhum, não tem nada é muito longe. Se tem não é coisa de gente, de ser vivente.*” Quando contava essa e outras histórias, com pés na areia, seu olhar ora manso ora inquiridor repousava no horizonte.⁵

O mar é fonte de vida. Cada família sabe seu *ponto* de cerco, o lugar no mar onde coloca o cerco, as outras famílias respeitam. Ao todo frequentei as comunidades por mais de 10 anos, nunca ouvi relato de brigas por conta do lugar do cerco. O mar é generoso, a escassez dos peixes relatada nos últimos 20 anos deve-se menos à pesca predatória realizada pelos barcos de arrasto e mais à pesca de precisão realizada por grandes barcos em alto-mar.

Do mar se extraem os peixes mais importantes da dieta alimentar dos caiçaras e produto por excelência vendido, desde a chegada da pesca por meio do cerco, trazido por japoneses na década de 1950, na cidade. Os cercos são visitados três ou quatro vezes durante o dia quando estão no mar, normalmente permanecem por 15 dias, após esse período são retirados para serem remendados.

As redes de cerco são tecidas quando o mar está *grosso*, normalmente no inverno ou na entrada das frentes frias, na beira das portas de casa, nos quintais ou nas praias. As mulheres sabem tecer e remendar as redes e se sentam junto com os homens para essa costura. Nem todos os moradores têm rancho na beira da praia, o rancho é uma pequena construção que abriga as canoas, barcos e os apetrechos da pesca como redes e isopores.

A infinitude do mar se prolonga para a restinga, para a mata, para os rios e para a vida dos caiçaras. As mulheres aguardam seus homens voltarem do mar, quando ouvem o motor de uma canoa ou após algum tempo que saíram para visitar o cerco de canoa a

⁵ Seu Maneco da Praia Grande já faleceu, não agüentou nem mesmo três dias vivendo na cidade quando foi expulso da Praia Grande. Sua casa, junto com Dona Silvana, localizava-se à beira mar, na areia da praia. A questão fundiária da Praia Grande, como já afirmado, foi um dos temas da dissertação de mestrado.

remo, se dirigem à praia para esperá-los, para ajudar a puxar a canoa. Quando os filhos ainda são pequenos as mulheres vão junto visitar o cerco, quando os filhos crescem e alcançam os 7 anos podem ir com o pai e a mãe fica na praia para a puxada da canoa.

Em uma das comunidades da reserva conhecida por conta do costão rochoso e ausência de praia as mulheres são pescadoras, nas demais praias e comunidades as mulheres só vão para o mar enquanto os filhos são pequenos. O mar é um território mais conhecido dos homens.

Enredando mar e terra temos a praia. À praia as mulheres vão ao final da tarde para ver os parentes, para trocar produtos agrícolas por peixes quando moram mais no interior da comunidade. A reciprocidade da economia moral realiza-se muito na praia.

Quase todas as famílias das comunidades estudadas durante o mestrado tinham uma roça de mandioca. O cuidado com a roça é um dos afazeres femininos. Após a derrubada da mata e o cultivo da mandioca, são elas que vão diariamente à roça, quando os homens estão no mar, para manter a roça livre de pragas. Nos meses de inverno, meses nos quais não é possível singrar o mar e pescar, a roça torna-se o palco de trabalho de toda a família, os homens ajudam na parte mais pesada de derrubada e de plantio.

As roças não se encontram junto às casas, às vezes é necessário caminhar por mais de 30 minutos para alcançá-la. Algumas roças são deixadas em pousio para que o solo possa se recuperar e viram capoeiras. Após a implantação da Reserva o pousio não pode se realizar por completo pois se a capoeira crescer muito, sua derrubada é proibida.

O cultivar mais presente nas roças é a mandioca mas também podem ser encontrados bananas, batatas doces, abóbora, quase nunca verduras são cultivadas.

As capoeiras crescem como franjas entre as roças caiçaras e a mata. As roças são um divisor de território masculino e feminino. As mulheres vão às roças e beiradas da mata extrair ervas, cipós, flores e frutas. Já os homens conhecem interior o interior da mata e ao serem perguntados do que mais sentem falta quando estão no mar pescando, respondem com frequência: *a mulher, a casa e a mata, o 'silêncio' da mata.*

À mata os homens vão caçar, rezar, descansar após uma temporada de pesca embarcada e fazer canoa. A mata, ao que parece, é o pedaço do território caiçara que guarda mais mistério. Seu Maneco de Martin de Sá conhece o jequitibá mais antigo dessa porção da mata; escolheu um mirante na mata para orar. Seu Maneco de Praia Grande contava

histórias de bichos, como a onça, e de como se livrar deles, histórias de macacos que escapam da caça ludibriando os caçadores.

A mata também não tem dono, é comum a todos e muitas vezes na demarcação das posses seja para fins jurídicos ou ambientais - como o zoneamento das UCs - ela é esquecida pelos planejadores ou advogados como parte integrante do território que assume usos e têm significados variados: da escolha e utilização de uma erva ou uma árvore para a canoa, ao lugar sagrado da meditação, da reza e do silêncio.

Tradicionalmente o quintal caiçara é chamado de *terreiro*. Na década de 1990, quando fizemos a pesquisa, vimos que muitos moradores haviam se convertido ao protestantismo e a palavra *terreiro* caiu em desuso por conta de sua polissemia, *terreiro* é lugar de macumba nessa nova concepção. Os moradores ora se referem ao quintal, nova denominação, ora se referem ao *terreiro* pra nomear a área contígua a casa.

Os quintais caiçaras, diferentemente da maioria dos quintais encontrados em Araçuaí, são abertos. Não há cercas. Os limites são definidos pelo uso e os marcos podem ser uma árvore plantada pelas gerações mais antigas, uma grande pedra ou ainda um curso d'água. Uma árvore mais antiga *funda* as raízes da família e recebe os umbigos das crianças que são ali enterrados cuidadosamente. Cada pessoa da comunidade sabe onde está enterrado seu umbigo e o umbigo das gerações mais velhas.

Os quintais/terreiros das moradias abrigam pequenas construções como um galinheiro, um tanque, certamente um jirau e árvores frutíferas. Dentre as árvores mais frondosas dos terreiros destacam-se as mangueiras, os abacateiros, os guapiruvus (árvore para fazer canoa).

Muitos podem abrigar também a casa de farinha e todos os seus aviamentos, mesmo quem não tem casa de farinha consegue fazer mensalmente ou bimensalmente sua farinha se utilizando da casa de um compadre. A casa de farinha pode abrigar ainda ferramentas dos homens para se trabalhar na roça e no mar, a lenha e os aviamentos para outras produções, como um engenho para moer a cana. Em muitos desses quintais também há um fogão a lenha. O peixe frito, principal fonte de proteína das comunidades, se possível deve ser preparado no fogão do *terreiro*.

Os animais de criação também são criados nos quintais/terreiros: galinhas, patos, gatos, cachorros. Não faz parte do costume dos moradores da Reserva criar porcos.

Logo no amanhecer do dia, as mulheres se levantam e preparam o café dos maridos que saem para visitar o cerco. Não há água encanada; os tanques de cimento construídos no quintal recebem, por meio de mangueiras, em fluxo contínuo, a água advinda da cachoeira, de um ponto mais a montante possível do local de banho da cachoeira. Essa água vinda do tanque é utilizada para cozinhar os alimentos, para lavar roupa (e o tanque for grande e/ou a cachoeira for longe), para esquentar chaleiras para o banho, fazer uma higiene pessoal como escovar dentes, lavar mãos. Não há água no interior das casas e nem luz elétrica. Os tanques são baixos, não chegam a ter 50 cm e favorecem a posição de cócoras tão praticada por homens e mulheres caiçaras.

Após o café, já com as crianças acordadas e brincando no terreiro, as mulheres cuidam das *vasilhas* do jantar, separam a roupa para lavar e varrem o quintal com vassouras produzidas na própria comunidade. Um terreiro deve ser limpo diariamente, todas as folhas são jogadas no pé das árvores de fruta. Ainda nas primeiras horas do dia as galinhas são cuidadas. Quando a família já conta com uma filha com mais de 7 anos esses serviços mais “leves”, caberão à menina. A mãe, se pode contar a filha, logo se dirige à roça enquanto o sol está mais ameno.

Os *jirais* em Paraty são construções de bambu que servem para escorrer a louça e apoiar algum outro utensílio. Ficam próximos ao tanque, em lugar que recebe algumas horas de sombra e algumas horas de sol durante o dia. A sombra é garantida por todas as árvores do terreiro e do entorno.

Brandão, em comunicação pessoal, definiu esse espaço como *entre-fogos*. Fogo do sol que seca as vasilhas, as roupas, a carne de caça, os peixes e alimenta as plantas; fogo a lenha (próximo ao chão) que prepara os alimentos. Também no terreiro, perto das mulheres, são cultivadas as flores – prendas femininas – e as ervas utilizadas com fins medicinais e como tempero. Outras árvores frutíferas também são plantadas no terreiro como limão, laranja, mamão, banana, fruta-pão, manga, grumixeiras, palmito, jaca, cana-de-açúcar. Abacaxis, batata doce e abóboras também são plantadas no terreiro, bem perto dos cuidados femininos. Garrote (2004) em sua pesquisa sobre os quintais agroflorestais do Saco do Mamanguá, na Reserva da Juatinga, observou uma média de 64 espécies de plantas divididas nos extratos herbáceo, arbustivo e arbóreo. Ressaltou a importância dos quintais na segurança alimentar da família; por meio do trabalho das mulheres no quintal assegura-se o ingresso de frutas durante todo o ano.

Segundo Garrote (2004) o quintal é um espaço social que serve como aclimação de algumas espécies, como lugar de experimentação que acompanha a vida das comunidades caiçaras há centenas de anos; o quintal, para a autora, é um lugar de transição entre o homem e a natureza. Na geografia entendemos que toda a transição, fronteiras e bordas são ricas e férteis.

Como podemos notar, boa parte do dia das mulheres e das crianças é vivida no quintal. As mulheres dividem o serviço entre todos os membros da família: pegar lenha, pegar cipós, mariscar na cachoeira, lavar roupas e vasilhas, limpar o quintal, cuidar da criação, cuidar da roça - para os meninos mais velhos que aproveitam e levam suas armadilhas para caçar passarinho ou alguma cotia e gambá que eventualmente estejam mexendo na roça de mandioca.

Uma família pode ceder um pedaço do quintal para um filho construir uma casa quando esse já raptou uma noiva. A construção é pequena, dois ou três cômodos no máximo. A moça morando no quintal da sogra a ajuda em todos os serviços extensos ao terreiro. A concessão para a construção de uma casa de taipa normalmente é concedida ao filho. Aos poucos, com o dinheiro da pesca, pequenas melhorias vão sendo adicionadas a casa, como telhas de barro, algum mobiliário, piso, camas ainda que a preferência, devido ao frescor, seja a esteira de taboa tecida por algumas pessoas mais velhas da comunidade. A casa vai sendo melhorada, os filhos vão nascendo e a relação do homem com seu sogro, após o rapto da filha deste, começa a melhorar.

É nesse terreiro sem cercas que ocorre a festa quando uma canoa é puxada do mato para a praia para ser ali finalizada⁶. São necessários muitos homens, cerca de 10, para *puxar*, trazer uma canoa que foi tirada na mata, normalmente de algum guapiruvu morto, para a praia para aí ela receber por longas semanas o retoque final. No dia da tirada da mata, as comadres são chamadas para ajudar no preparo das comidas que serão oferecidas a todos que ajudaram no mutirão. A canoa que recebeu seus primeiros cortes pode estar há mais de 5 km da praia, o esforço dessa puxada demanda muito esforço, os homens atravessam clareiras na mata atlântica, cachoeiras e muita mata fechada.

⁶ As proibições ambientais iniciadas da década de 1990 inibem a construção das canoas.

3- Território camponês

Há uma resistência expressa na luta e /ou no existir do campesinato que possibilita que essa classe social não complete as previsões de proletarização. O nó górdio dos estudos sobre o campesinato, no interior da geografia agrária, consiste em entender justamente como ocorre sua reprodução contraditória como classe social no seio do capitalismo e que novos conteúdos essa classe aporta diante de contextos históricos e geográficos particulares.

Tanto as comunidades do Vale como nas da Juatinga, ora apresentadas, territorializam-se por meio de suas práticas cotidianas. A territorialização ocorre em meio a tensões e conflitos de poder para a gestão do território e se concretiza na criação de territorialidades específicas. Fernandes (1996) afirma que o MST espacializa a luta pela terra ao se estender por todos os estados brasileiros e montar os acampamentos; se territorializa quando consegue um pedaço de terra. Queremos aqui alargar o conceito de territorialização, ela ocorre na conquista diária pela permanência, na tessitura de territorialidades específicas afinal o campesinato por ser também um modo de vida apresenta-se de forma distinta em cada porção do território brasileiro.

Oliveira (1999) defende que o campesinato luta por uma parcela do território - já entendido como território capitalista que se mantém graças a produção, contraditória e desigualmente, de relações não-capitalistas no campo e na cidade. Os movimentos e grupos sociais entendidos aqui como camponeses nos desafiam a entender a sua sobrevivência no meio do território brasileiro no qual as relações capitalistas estão presentes desde a época da colonização.

Os movimentos e grupos sociais com identidade mais específica que têm lutado por terra se apropriam de uma parcela do território, dão vida a esse território na construção de suas próprias vidas, buscam uma forma de gestão que implica no questionamento de formas homogêneas e únicas. Sob a forma de uso comum se apropriam de uma parte da natureza; vamos lembrar que na Juatinga a mata, o mar, mangue, a restinga, as águas doces... são apropriadas *no comum*. No Vale a expropriação das terras já interditou o uso comum das chapadas, das águas e dos grotões, as mulheres recriam em seus quintais as relações de reciprocidade, tipicamente camponesas, que anteriormente se estendiam à natureza, agora cercada.

O território tomado como síntese contraditória da relação espaço-sociedade tem características específicas alicerçadas em relações de poder fortemente influenciadas por relações econômicas que se pautam na produção de mercadoria e na extração contínua de mais valor e pela presença do Estado como um dos agentes principais do exercício de poder, mas não único. O fator identitário também é um dos pilares da formação de um território, da formação do território camponês no seio do território capitalista. Poder, identidade, luta e apropriação (material e simbólica) são termos que se fundem na construção de uma territorialização que se efetua e se refaz diariamente. É um processo contínuo por isso surpreendente.

Há muitas questões que permanecem abertas. Segundo Almeida (2004), cerca de ¼ dos 850 milhões de hectares de terra do Brasil não se coadunam com as categorias imóvel ou estabelecimento rural. Na Juatinga pensar em estabelecimento ou imóvel rural é desconsiderar todas as formas de apropriação que os moradores apresentam: analisando pela ótica do uso comum e uso familiar a posse de uma boa parte da terra é comum. Não dá para restringi-los a casa e quintal, como podem querer fazer os gestores a fim de elaborar planos de manejo ou regularizar a posse.

Há inúmeros processos de territorialização a serem desvelados, que estão em curso no Brasil, perpetrados por quilombolas, indígenas, caiçaras, quebradeiras de coco, atingidos por barragens, comunidades ribeirinhas, castanheiros, seringueiros... a lista é grande.

O acento que quisemos imprimir nesse texto foi a apreensão da territorialização de uma parcela do campesinato por meio do estudo de suas práticas cotidianas e da cartografia de suas territorialidades bem como o desvendamento das tensões motivadas pela lógica econômica.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berna. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. **In: O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** Marques, M.I.M e Oliveira, U.A (orgs). São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo:** estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Cap. 2, 3.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Afeto da Terra.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

CAVALIERI, Lúcia. **A comunidade caiçara no processo de reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga.** Dissertação (Mestrado em geografia humana). Departamento de Geografia da FFLCH da USP. 2003

_____. **Migração e reprodução social: tempos e espaços do cortador de cana e de sua família.** Tese (Doutorado em geografia humana). Departamento de Geografia da FFLCH da USP, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro & ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. **In: Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios/ org.** Capobianco, J. P. R. ..[et. al]. São Paulo: Estação Liberdade / Instituto Socioambiental, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. (org) **Etnoconservação: novos rumos para proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec,. 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

GAUDEMAR, Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GARROTE, Valquíria. **Os quintais caiçaras, suas características socioambientais e perspectivas para a comunidade do Saco do Mamanguá, Paraty, RJ.** Dissertação (Mestrado em Recursos florestais). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. 2004.

GODOY, Emília Pietrafesa. **O trabalho da memória:** cotidiano e história no sertão no Piauí. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

JUSTO, Marcelo Gomes. **Capim na fresta do asfalto**: conflito agrário violento e justiça. São Paulo: Humanitas, 2002.

LEFEBVRE, Henry. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo, Ática, 1991.

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: ed. Hucitec, 1993.

_____. **O Cativo da terra**. São Paulo: ed. Lech, 2ª edição, 1981.

_____. **Não há terra para se plantar nesse verão** (o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). Petrópolis, Vozes, 1996.

_____. **Expropriação e Violência**- a questão política no campo. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: ed. Ática, 2ª edição, 1988.

_____. **Os deserdados da terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas a proletárias. **Travessia - revista do migrante** (CEM), São Paulo, n. 1, 1988.

_____. **Errantes do fim de século**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: **Novos Caminhos da Geografia Agrária** –Ed. Contexto, 1999.

SHANIN Theodor. **La classe incomoda**. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

_____. A definição de camponês: conceituações e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, ano 8, nº 7, 2005.

SORRENTINO, Marcos (coord.) **Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade**. São Paulo: Educ/ Fapesp, 2001.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum** - estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed.UNB, 1995.

WOORTMANN, Klass. “Com Parente não se Neguceia”. O Campesinato Como Ordem Moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Ed.UNB/Tempo Brasileiro, 1990.